

Prefeitura oferece facilidade a obra em Angra

Empreendimento hoteleiro de US\$ 80 milhões na Praia do Tanguá pode ficar livre de imposto, apesar de retirada ilegal de 40 mil m³ de areia

FAUSTO MACEDO
Enviado especial

ANGRA DOS REIS - À sombra dos tratores e do exército de 850 homens que viraram do avesso a Praia do Tanguá - um dos marcos desse paraíso batizado Angra dos Reis - há uma história de notável cordialidade entre a prefeitura, governada pelo PT, e os caciques do segundo maior fundo de previdência do País, a Fundação dos Economistas Federais (Funcfe), que ostenta patrimônio de R\$ 8 bilhões. Uma história que registra a ação de dragas possantes, a retirada ilegal de 40 mil metros cúbicos de sedimentos do fundo mar, a construção - interrompida por imposição judicial - de um píer de atracação, a emissão irregular de parecer técnico do Ibama e a execução de obras em área de proteção permanente.

Dentro de uns três meses - quando se completam dois anos do início da ocupação - será inaugurado o Blue Tree Park, sofisticado complexo hoteleiro, com 319 apartamentos de luxo distribuídos em 12 conjuntos na Praia do Tanguá com vista para o mar, área de eventos para 1.800 pessoas, três restaurantes, quadras de tênis e poliesportivas, piscina com espelho d'água e raia olímpica de 50 metros e "todas as facilidades para esportes náuticos". O empreendimento está localizado em área de 168 hectares, "dos quais 150 serão preservados".

A fabulosa construção provoca inquietação e protestos de ecologistas e ambientalistas. Não sem razão: o material extraído da Baía de Ribeira, pedaço de mar que banha Tanguá, foi usado para elevar em até 3 metros o piso onde está assentado esse negócio de US\$ 80 milhões e 63 mil metros quadrados de área.

As máquinas pesadas, o flagrante de agressão ao meio ambiente e a advertência sobre danos pelo lançamento de esgoto ao mar - nada disso impediu as autoridades estabelecidas em Angra de darem o sinal verde para essa empreitada que ainda mantém ritmo frenético. O canteiro de obras abriga nervoso vaivém de engenheiros, operários e carretas. O trabalho tem início por volta das 6 horas e se arrasta até o escurecer.

O hotel será administrado pela Blue Tree Hotels - associada à Funcfe. A empresária Chieko Aoki, fundadora da Blue Tree, e a Funcfe apostam na "força do turismo como ferramenta de desenvolvimento econômico do País e unem-se para expandir a indústria hoteleira nos segmentos de 5, 4 e 3 estrelas". A Funcfe detém 20% da administradora. Quatro hotéis da marca Blue Tree, fundada em 1992, são pro-

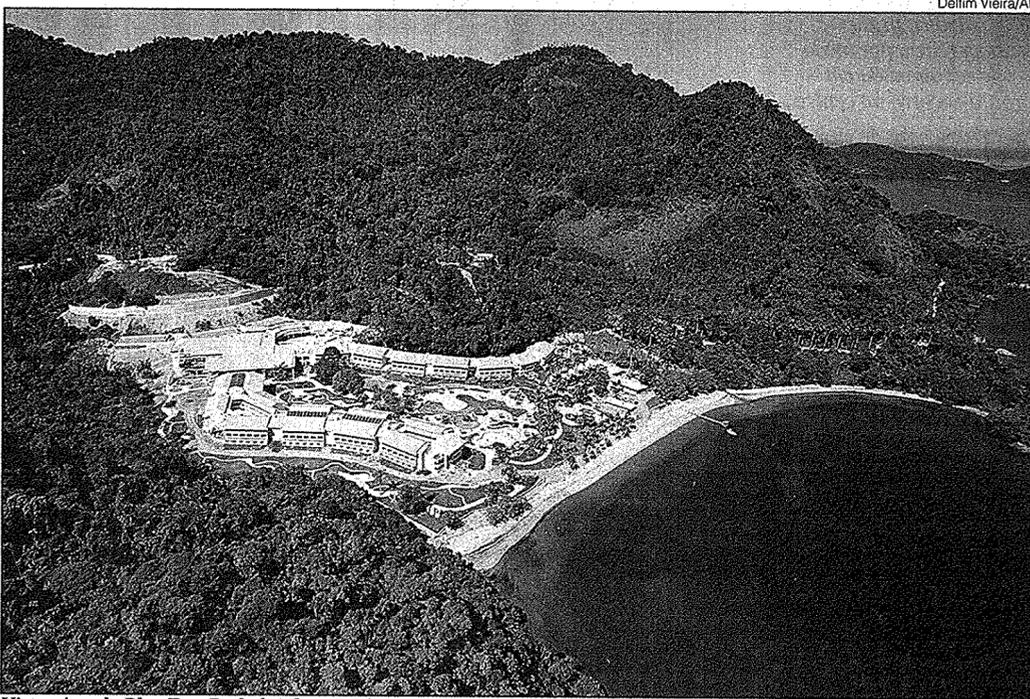
priedade da fundação. Entre os "projetos de grande vulto", destaca-se o super-hotel erguido no Tanguá, que não ficará isolado. Assinado pelo escritório Fournier e Associados Projetos e Urbanismo, o projeto de Angra abre espaço para a construção de 117 casarões de luxo, espalhados em 3 condomínios que ficarão ao redor do Blue Tree.

Há planos para outro condomínio, bem junto da praia, que abrigará outras 17 casas de veraneio. Tudo já autorizado pela prefeitura e pelos órgãos de fiscalização - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema).

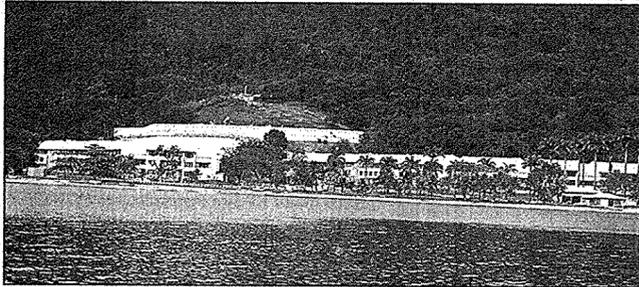
Os novos senhores do Tanguá vieram de Brasília trazendo na bagagem notável disposição para "investir no turismo". Os administradores da Funcfe, com 70 mil associados, aportaram em Angra pelos idos de 1996. Em maio de 1998, acertaram a compra de antiga fazenda ali estabelecida. Por R\$ 8 milhões, o fundo da Caixa adquiriu 192 hectares de terra.

Apesar dos alertas de biólogos e de moradores, o poder dos empreendedores seduz o PT, que dirige a prefeitura dessa cidade de 120 mil habitantes há 12 anos. José Marcos Castilho é o terceiro prefeito petista consecutivo. É da lava de Castilho o texto da Mensagem 12/99 - projeto enviado à Câmara que fala da preocupação com o desemprego e faz proposta generosa para atrair o "Complexo Turístico Tanguá".

Parceria - Não é comum o incentivo que a prefeitura oferece à Funcfe: isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) por 8 anos. Em contrapartida, a Funcfe se compromete a promover obras no valor de R\$ 4 milhões para melhorias na estrada - que, não por acaso, leva ao próprio hotel - e ampliação da pista do aeroporto. Também caberá ao fundo destinar recursos ao treinamento de mão-de-obra, que será aproveitada no próprio Blue Tree. A parceria ainda não foi fechada, mas parece ser apenas uma questão de tempo. A autorização do Legislativo, que



Vista aérea do Blue Tree Park, hotel que está sendo construído na Praia do Tanguá, em Angra: história de cordialidade do PT



O hotel em construção vai ocupar praticamente toda a Praia do Tanguá

**JUSTIÇA
INTERROMPE
CONSTRUÇÃO
DE PÍER**

mantém política de boa vizinhança com o Executivo, deve sair a qualquer momento.

A formidável mancha cinza de concreto que roubou a cena por esses lados de Angra despertou a atenção da Fundação SOS Mata Atlântica, entidade que trava permanente batalha contra vilões do meio ambiente. De olho em ações de desmatamento, a SOS entrou na briga e mandou carta-denúncia em 21 de março à Fundação Instituto de Florestas, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio.

Mário Mantovani, o diretor da SOS, alerta para a "especulação imobiliária que deu vez a construções irregulares, contrariando preceitos legais determinados em diversas legislações". Segundo ele, é espantoso o grau de devastação na área, "o que enseja averiguação sobre como foi possível tal ação sem autorização dos órgãos res-

ponsáveis ou, se autorizado, em que termos." No ofício ao Instituto de Florestas, Mantovani sustenta que foram identificadas "construções em área de preservação e fora dos padrões ambientais, causando danos irreparáveis ao meio ambiente".

Na avaliação dos agentes públicos de Angra, a denúncia da SOS não se aplica ao Blue Tree. Oficialmente, não há nada ilegal no empreendimento. Tudo o que foi realizado tem o carimbo de autoridades municipais, estaduais e federais. Tais servidores garantem que os aspectos legais foram "integralmente respeitados". Por via das dúvidas, eles empurram para os outros a responsabilidade pela liberação da obra. Nessa linha, a prefeitura sustenta ter dado autorização porque o Ibama e a Feema deram o "nada a opor". Os órgãos de fiscalização ambiental alegam que a prefeitura deu alvará para a construção. Enfim, quem diz, nada foi erguido sem a autorização dos poderes constituídos. "Nenhuma estaca foi fincada clandestinamente", informa o gabinete do prefeito.

Prefeito envia à Câmara projeto de isenção do ISS

Até 31 de dezembro de 2007 fundo com patrimônio de R\$ 8 bi não vai recolher tributo

ANGRA DOS REIS - O PT de Angra dos Reis revela um lado criativo e generoso quando se faz necessário encontrar uma fórmula atraente para dar as boas-vindas à especulação imobiliária - nem que isso represente tratamento especial que cheira a privilégio. Em nome do interesse em "buscar soluções para o problema do desemprego", a prefeitura "conseguiu trazer" para Angra o Tanguá Resort, o empreendimento bancado pela Fundação dos Economistas Federais (Funcfe).

Para garantir relacionamento cordial com o pessoal da Funcfe, o prefeito José Marcos Castilho produziu e encaminhou à Câmara a Mensagem 12/99 - depois da aprovação do megaprojeto e emissão do alvará de licença. O texto chegou ao Legislativo em setembro. Ainda não foi aprovado, mas ninguém duvida que a vontade do prefeito irá prevalecer.

O teor da mensagem não é coisa desprezível, como se verá. Trata-se de projeto de lei dispor sobre a concessão de isenção até 31 de dezembro de 2007 do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ou simplesmente ISS.

As bases do negócio: durante oito anos, os donos do Tanguá ficarão livres da tributação. Não é toda hora que o empresário é contemplado com uma oportunidade desse tipo. Aliás, não há registros que indiquem que a Angra governada pelo PT tenha oferecido algo nessas condições.

A contrapartida existe, mas também aí a proposta é interessante para o fundo da Caixa. Em troca da isenção, os empresários terão de assumir algumas obras que, não por acaso, irão facilitar o acesso de turistas ao próprio hotel. Se o projeto for aprovado, a Funcfe terá de fazer investimentos, a título de antecipação de receita, da ordem de R\$ 4 milhões em obras diversas.

O dinheiro seria aplicado em três frentes, assim: R\$ 3 milhões em recuperação, drenagem e pavimentação de trecho de 10,7 quilômetros da estrada Vereador Benedito Adelino, compreendendo passagem pela Vila Velha e Encruzo da Enseada. Detalhe: esse é o caminho que leva ao hotel; R\$ 800 mil destinados à execução de obras e serviços de ampliação da pista do aeroporto, além da construção de uma estação para embarque e desembarque de

passageiros e compra de equipamentos de rádio. Os restantes R\$ 200 mil seriam investidos na efetivação de um programa de qualificação de mão-de-obra, em parceria com o Senac, para treinamento da população local que seria "provisoriamente contratada" para trabalhar no hotel.

Entusiasmo - No texto da Mensagem 12/99, enviada à Câmara em 17 de setembro, o prefeito Castilho insiste na questão do desemprego e afirma que "o investimento tem gerado 850 empregos durante sua construção e gerará 600 empregos diretos depois de concluídas as obras". Segundo Castilho, a prefeitura de Angra "entende que a melhor maneira de atrair empresas é dotar a cidade de infra-estrutura e preparar mão-de obra local para ocupar esses postos de trabalho". O prefeito ressalta que "não existem linhas de financiamento abertas ao setor público que permitam cumprir o seu papel". As linhas de financiamento "dos órgãos oficiais estão voltadas para o setor privado".

Castilho anotou que o hotel "estará isento apenas de ISS, o que representa volume significativo de IPTU do próprio hotel e das casas do condomínio". Em sua justificativa, o prefeito considera "importantíssimo frisar que o valor investido dificilmente seria arrecadado". Pelos seus cálculos, "se os 300 (serão 319) quartos" - a uma diária de R\$ 200,00 - ficassem ocupados durante todo o ano, sofrendo incidência dos 2% referentes ao ISS, no máximo seriam arrecadados R\$ 438 mil por ano, totalizando R\$ 3,5 milhões durante o período. "Nenhum hotel do mundo consegue ocupação máxima durante todo o ano", observa Castilho.

Ao defender a isenção, o prefeito exhibe incontido entusiasmo. "Cabe destacar que a instalação do trecho Vila Velha-Tanguá-Encruzo da Enseada beneficia não só o hotel, mas toda a população residente, criando novo corredor turístico propiciando o aparecimento de novas pousadas." Para o petista, "o projeto de lei em tela refina todas as condições favoráveis à concessão da isenção pretendida, já que o município irá receber benefícios diretos e indiretos, visando desenvolvimento econômico de forma integrada e sustentada".

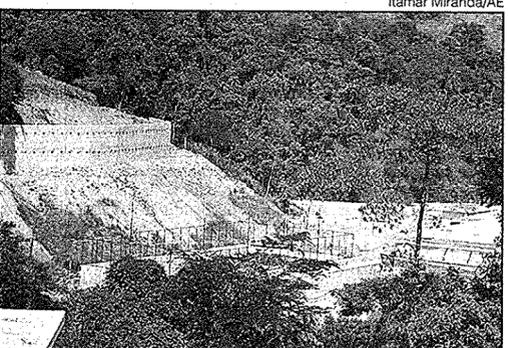
A Mensagem 12/99 foi encaminhada ao então presidente da Câmara, vereador José Elias José Rabha (PDT) - que vem a ser primo da vice-prefeita, Maria da Conceição Rabha. (F. M.)

Secretário garante que não houve desmatamento

Raul Vaz diz que na área onde hotel Blue Tree Park vai funcionar só havia "boi e banana"

ANGRA DOS REIS - O secretário de Planejamento de Angra dos Reis, Raul Ribeiro Vaz, afirma que o Complexo Turístico Tanguá não causou desmatamento. "Houve denúncias, aí fomos lá e verificamos que não havia derrubada de árvores, era só o capim que o pessoal retirou", resume Vaz. "Hoje é muito bacana ver você ser verde, mas não dá pra ficar na paranóia quando derrubam uma ou duas árvores", diz o secretário. Segundo ele, na área onde está o Blue Tree Park "não havia reserva florestal, era uma fazenda que tinha boi e banana".

De acordo com o Plano Diretor de Angra, Tanguá é Zona Urbana de Proteção Ambiental (Zupa) - engloba áreas que necessitam de preservação por suas características básicas. As atividades localizadas em Zupa devem garantir a recuperação do meio ambiente natural. "Todo esse projeto, depois de aprovado, foi submetido aos órgãos de controle e fiscalização, o Ibama e a Feema", ressalta Vaz.



Muro de arrimo construído para as obras do hotel em Angra

"Se falam em desmatamento, têm de mostrar."

Vaz admite que a prefeitura não mobilizou o Ibama porque "não há uma unidade de conservação dentro do empreendimento". Depois, o diretor da Estação Ecológica Tamoios, Roberto Silva, pediu o processo alegando a existência da unidade - no caso, uma ilha próxima da praia. "A obra foi paralisada, mas isso foi resolvido porque o Ibama foi atendido", diz o secretário. "Tudo foi fiscalizado; não houve descumprimento da legislação."

O secretário assegura que

"não tem nada de ilegal ou imoral na obra". "Está tudo perfeito", reitera. Sobre os protestos de turistas e moradores - que suspeitam que Tanguá se irá tornar praia particular dos hóspedes do hotel -, Vaz afirma: "A praia é de todos, os acessos permitirão a qualquer um chegar ao Tanguá".

E a proposta de isenção de ISS? "Parte da clientela do hotel chegaria por mar, outra vai precisar usar a estrada do Contorno, caminho antigo e apertado com trecho muito grande sem pavimentação", explica Vaz. A estrada é margeada por

Itamar Miranda/AE

AMBIENTE

Ibama emitiu parecer favorável à obra de píer

Procuradora descobriu que instituto permitiu construção sem consultar órgão competente

ANGRA DOS REIS – A fúria das máquinas e dos tratores que há quase dois anos invadiram a Praia do Tanguá esbarrou na vigilância do Ministério Público Federal (MPF). A procuradora da República Anaíva Oberst Cordovil foi a Angra, inspecionou a obra, reuniu documentos e descobriu que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitiu parecer técnico favorável ao empreendimento “de forma irregular” porque não teria consultado o chefe da Estação Ecológica de Tamoios acerca de implicações provenientes da construção de um píer de atracação e marina. As obras localizam-se no entorno marinho da Ilha de Araçatiba de Dentro, que integra Tamoios. “Iniciaram as obras em área de proteção permanente, apesar de não deterem a competente licença”, denuncia a procuradora.

Em outubro, alertada por uma representação do chefe de Tamoios – que apontou a “iminença do dano ambiental” – e informada com a agressão à área de preservação permanente por causa da “transição das embarcações e existência de obras”, a procuradora produziu ação civil pública contra a Fundação dos Economistas Federais e a Suarez Empreendimentos Ltda.

O juiz federal Guilherme Bollorini Pereira concedeu liminar e decretou imediata suspensão das obras de construção do píer, marina, cais ou atracadouro para embarcações na área do entorno marinho da Estação Ecológica de Tamoios, num raio de 1 quilômetro a partir da Ilha de Araçatiba de Dentro.

Se insistissem na execução do atracadouro, os empresários que viraram Tanguá ao avesso estariam sujeitos a sanção – multa diária no valor de R\$ 1 mil – e a processo criminal por desobediência. Em seu despacho, o juiz ressaltou que “há outras questões envolvidas a construção do empreendimento, por exemplo, o funcionamento da estação local de

tratamento de esgoto”.

Segundo a ação civil, o projeto hoteleiro prevê a construção de um emissário submarino de esgoto sanitário de 600 metros, a partir da praia, que efetuará o despejo de aproximadamente 450 mil litros de efluentes líquidos no entorno marinho integrante da Estação de Tamoios – “fato que foi omitido” no EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento, segundo atesta laudo de vistoria.

Danos – A procuradora Anaíva Cordovil sustenta que a emissão de efluentes nas águas da estação provocaria danos irreversíveis no ecossistema local, “impedindo e prejudicando o desenvolvimento das espécies marinhas”. Parecer do biólogo da estação, Fernando Claro Campos Júnior, aponta “incompatibilidades técnicas” relativas ao estudo de depuração de efluentes dos esgotos lançados pelo emissário.

Segundo a procuradora, “os réus são confessos no que tange à possibilidade e à intenção de despejar esgoto in natura nas águas da estação”. Os empresários admitiram que, caso seja instalada, a estação elevatória de tratamento de esgoto contará com conjunto de moto-bomba operado por eletricidade, prevendo-se também “a construção de extravasor que, em último caso, lançará esgoto in natura na enseada por meio do emissário”.

Anaíva conclui ser “imprescindível a paralisação e consequente demolição das edificações irregulares construídas em área de preservação permanente para a integral reposição do meio ambiente agredido, bem como a construção de estação de tratamento completo dos efluentes líquidos”. Para a procuradora, não basta a existência de um emissário submarino de esgoto, “que somente serviria para mascarar o despejo de esgoto

diretamente no mar”.

Ao conceder a liminar para interromper a construção do píer, o juiz federal Guilherme Bollorini ressaltou: “Mesmo que o agente poluidor, voluntariamente ou não, faça prova de sua boa-fé, de que se utilizou dos meios que a Administração pôs à disposição para tornar legal determinada atividade, mesmo assim, é possível decidir contra ele, se comprovar que, não obstante os cuidados tomados e as autorizações ou licenças concedidas, há ameaça ou dano concreto ao meio ambiente”.

Para o juiz, o meio ambiente é um processo, só que infundável, a não ser pela ação degradadora do homem. Ele acrescenta que “a expedição de licença ambiental em absoluto não concede direito subjetivo ao seu beneficiário; quando muito, há expectativa de direito, pois o valor maior – a preservação ambiental – é de aferição constante e sem solução de continuidade”. O juiz anotou que os empresários “atuaram buscando percorrer todos os canais administrativos”, visando à instalação do empreendimento. “Houve relatório de impacto e a expedição

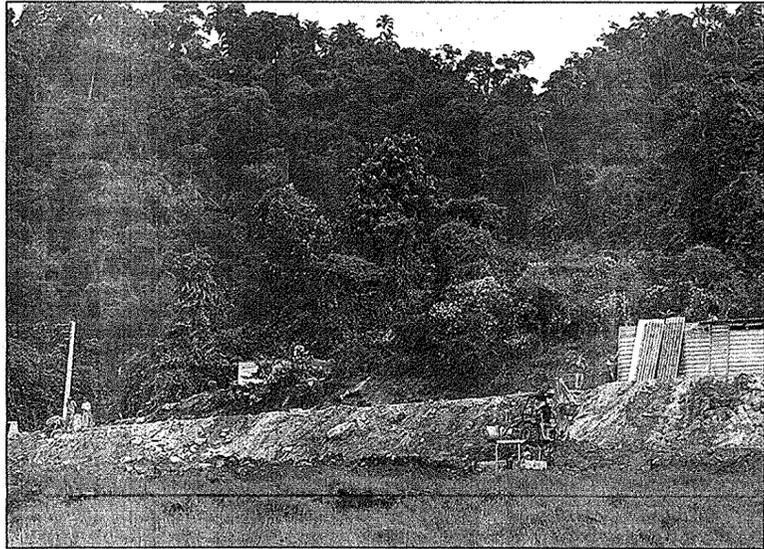
da licença ambiental e da municipalidade e até parecer favorável do Ibama”, acrescentou. “No entanto, a construção de um píer não foi licenciado pelo órgão competente (Estação Tamoios)”.

Segundo Bollorini, “embora o projeto preveja a proteção da faixa de marinha como área de preservação ambiental, e essa seja área já descaracterizada em quase sua totalidade, a proteção ao meio ambiente aqui examinada respeita também a vida marinha próxima daquela faixa, que sem dúvida será afetada pela construção”. O juiz advertiu que “sem um laudo conclusivo do órgão responsável, permaneceu a situação de incerteza quanto ao que pode ocorrer ao ecossistema naquela área sob proteção”.

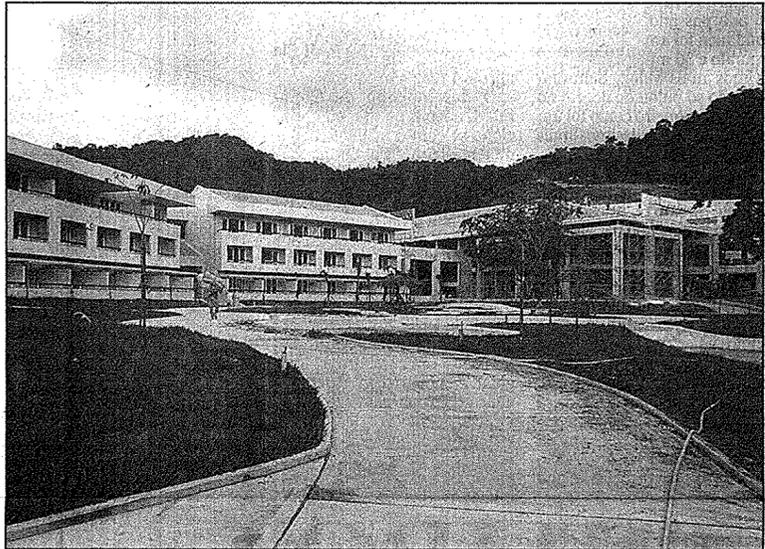
O secretário de Planejamento de Angra, Raul Vaz, diz que a prefeitura fiscaliza a obra. “O construtor jogou entulho em lugar indevido, houve autuação”, relata. Ele também afirma que a estação de esgoto do Blue Tree “é moderna e atende o empreendimento”. Os sanitaristas da prefeitura avaliaram o sistema como “suficiente”. (F.M.)

Fotos Itamar Miranda/AE

LAUDO ATESTA OMISSÃO DE DADOS

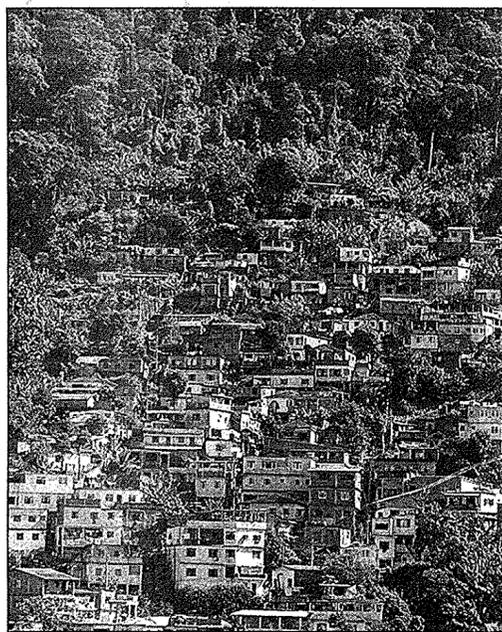


Os tratores trabalhando durante construção; ao lado, vista do hotel, à frente do morro

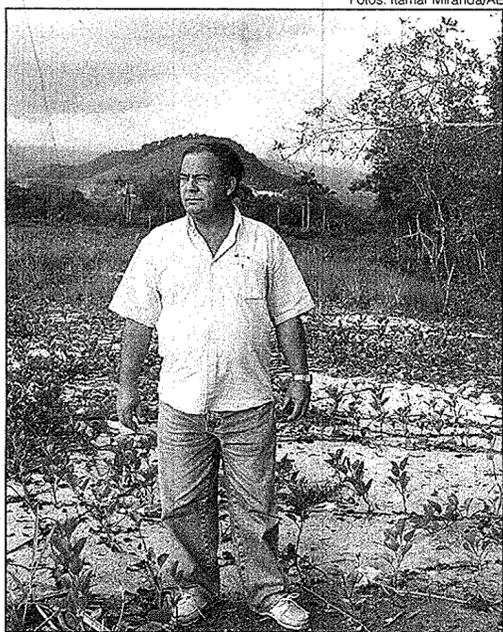


Blue Tree Park, complexo hoteleiro com 319 apartamentos de luxo na Praia do Tanguá

Fotos: Itamar Miranda/AE



Ocupações em Angra, uma das preocupações do fundador da Associação dos Movimentos Ambientais, vereador Odir Duarte



Gerente da Funcef admite que retirada de areia foi erro

ANGRA DOS REIS – O administrador Thales Salomão Souza, gerente de produção de empreendimentos da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), afirma que “não ocorreu desmatamento no Tanguá”, mas admite que houve “uma irresponsabilidade” na obra – a retirada de 40 mil metros cúbicos de sedimentos do fundo da Baía de Ribeira. O material foi utilizado para elevar em até três metros o piso sobre o qual foram fundadas as fundações do hotel – construção dividida em três alas monumentais que abrigam 12 blocos de apartamentos e pavilhão central.

O chefe do Ibama em Angra, Luiz Felipe Nascimento Júnior, confirmou que “estudos acusaram a retirada do material e a degradação ambiental”. Segundo ele, “o dano ficou, houve um impacto”.

Thales afirma que a “área ocupável” alcança 8 hectares. Dados divulgados pela Blue Tree revelam que “o empreendimento está localizado em área de 168 hectares, dos quais 150 serão preservados” – ou seja, a ocupação deverá atingir 18 hectares. “O hotel tem 63 mil metros quadrados de área, nível bem abaixo da taxa de ocupação de uso do solo”, garante.

A ação violenta das dragas do Tanguá provocou a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pelos empreendedores, Ibama e Ministério Público da União. O mesmo documento trata de outra questão – considerada “muito grave” por técnicos e biólogos – e forçou alterações no projeto original que reconhecia a possibilidade de lançamento de esgoto na Estação Ecológica de Tamoios, área onde só é permitida a pesquisa científica.

O gerente da Funcef afirma

que o fundo da Caixa “não autorizou e não concorda com a irresponsabilidade”. Segundo Thales Souza, o erro ocorreu na execução da obra contratada pela Suarez Empreendimentos, que tinha 10% de participação no negócio. “Não autorizamos a dragagem, mas não nos furtamos da nossa responsabilidade”, disse Thales. Ele disse que a Suarez “não tem mais nada com a obra”. A Funcef detém 100% das ações do complexo. Thales disse que a Funcef interessou-se por Tanguá em 1996. As negociações com o antigo proprietário da área – herdeiro do empresário João Batista Amaral – transcorreram até 1997. Em maio de 1998, a compra foi acertada formalmente.

O gerente de Tanguá disse que “olhando pelo aspecto comercial a região não teria valor não fosse a inserção da mata”. “Houve autorização do Ibama, Feema e prefeitura.” Segundo ele, “tudo foi resolvido rigorosamente dentro da lei e das exigências dos órgãos técnicos”.

Thales exibe fotos antigas da área ocupada pelo hotel para reforçar sua versão. “As fotos confirmam que não houve derrubada de árvores porque aqui havia apenas gramado.” Até agora, foram investidos R\$ 90 milhões na obra. A prefeitura de Angra já autorizou a construção dos condomínios residenciais. “É certo que vamos executar essa obra também”, empolga-se Thales. Ao final, a Funcef terá empregado R\$ 130 milhões em Tanguá.

Sobre a isenção de ISS, Thales declarou: “Não quero isenção de 20 anos, a idéia é fazer uma antecipação de impostos municipais.” Segundo ele, a prefeitura não vai deixar de cobrar o imposto. “É como se tivéssemos feito um empréstimo para a prefeitura”, disse. (F.M.)

PREFEITURA JÁ AUTORIZOU CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS

Vereador faz papel de “xerife do verde”

Há anos Duarte denuncia desmatamentos, ocupações irregulares e obras clandestinas

ANGRA DOS REIS – Ele não dá tréguas à prefeitura de Angra dos Reis quando toma conhecimento de algum tipo de agressão ao meio ambiente. Há muitos anos, o vereador Odir Plácido Barbosa Duarte (PTB), presidente da Câmara, fundador da Associação dos Movimentos Ambientais (Amar) e mergulhador profissional, executa o papel de “xerife do verde”. Frequentemente, denuncia desmatamentos, ocupações irregulares da cidade e obras clandestinas. “A prefeitura incentiva a construção de habitações nos morros, violando o Plano Diretor”, acusa.

Sobre o empreendimento hoteleiro no Tanguá, Odir protesta: “Estão desmatando tudo na montanha.” Odir defende a instalação de negócios que promovam o turismo, desde que “respeitem efetivamente a legislação e não causem impacto ao ecossistema”. Avalia que “pequenos negócios, como as pousadas, são mais interessantes para a cidade”. Explica: “Os recursos dos pequenos ficam aqui, geram receita para o município; o grande traz tudo de fora.”

Há quatro anos, Odir comanda uma cruzada em defesa da Ilha Grande – agora sob ameaça de ter de abrigar novamente um complexo penitenciário. Em fevereiro de 1996, o vereador mandou o ofício 022 para o presidente Fernando Henrique Cardoso alertando sobre “agressão ambiental que

a baía da Ilha Grande vem sofrendo há muitos anos”.

O secretário de Planejamento de Angra, Raul Ribeiro Vaz, rebate as denúncias sobre ocupações irregulares. E atribui as críticas ao fato de Angra ter sido a primeira cidade do Rio administrada pelo PT. “É muito estratégico, queremos manchar a nossa gestão por interesse político eleitoral”, sustenta Vaz. Segundo o secretário, “espaços urbanos foram sendo degradados ao longo dos anos pela construção da Rio-Santos, pela ocupação, pelos pescadores e plantações”.

A Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema) confirma ter autorizado a obra do Tanguá. Enquanto isso, o chefe da subrepresentação do Ibama em Angra, Luiz Felipe Nascimento Júnior, disse que es-

tá atento às denúncias de desmatamentos. No início do mês, o instituto autuou em R\$ 140 mil um hotel do Perequê, sob acusação de “degradação dolosa”, destruição de vegetação nativa e descaracterização de 2,5 hectares por aterro. Nascimento confirmou a ação de dragas na construção na praia do Tanguá. “Estudos acusaram a retirada do material e a degradação ambiental”, observou. Mas o chefe do Ibama acredita que “vai ser difícil barrar o crescimento de Angra”. Para ele, Tanguá “vai ser um grande indicador desse processo”. A Blue Tree informou que não tem responsabilidade pela execução da obra e só vai cuidar do gerenciamento do hotel. “Quando estiver pronto”, segundo a Blue Tree, apenas 7,7% do Tanguá serão urbanizados com 1,79% de ocupação por edificações. (F.M.)